

Apresentação do livro de Aurélio de Oliveira *Nos Caminhos do Atlântico** Maria da Conceição Falcão Ferreira

É com grato prazer, elevada estima e subida honra que acedi ao convite do Professor Aurélio de Oliveira para, aqui e agora, apresentar o seu novo livro: *Nos caminhos do Atlântico (1400-1500)*. Os longos anos de amizade que me unem ao Autor, aliados ao enorme respeito e admiração pela sua vastíssima obra podem colmatar, assim o espero, a pequena estatura da apresentadora face aos escritos e ao homem de quem hoje se fala.

Não seria aguisado, a hora tardia, distrair penosamente os ouvintes num desfiar de um longo excuro pela vida do Autor e pelos seus infidáveis trabalhos. Por de mais conhecido, tal como as temáticas preferenciais da sua obra dispensa longa apresentação, e diríamos que a todos concede a grata liberdade de uma vasta escolha. Assim optamos por umas breves notas sobre o **Homem**, a **Obra** e os "**Caminhos do Atlântico**" a fim de mais rápida e sabiamente lhe devolver a palavra.

* Sessão realizada por iniciativa da Biblioteca Pública de Braga, em 14 de Outubro de 1999.

1

O Homem

Recordo Aurélio de Oliveira entre os seus primeiros passos na docência da Faculdade de Letras do Porto, bem como na sua chegada a Universidade do Minho, por finais da década de “70”. Recordo quão pequenina me sentia perante a sua agilidade no fazer da História, e nos alvares da “Nova História” portuguesa. O seu estágio em Paris, na Escola dos Altos Estudos, bem como o privilégio de ter trabalhado com Le Roy Ladurie fizeram dele um pioneiro da História Económica e Social, paredes meias com o grande mestre que é e sempre será, na historiografia portuguesa do século XX, Vitorino Magalhães Godinho. A primeira grande prova viria com a sua dissertação de doutoramento, em 1979, pelo olhar novo que aportava na análise de um senhorio monástico beneditino: o mosteiro de Tibães. Corolário da dissertação de licenciatura, em 1969, era, volvidos dez anos, um marco notável na viragem do pensamento histórico português. A procura do homem, nas teias do enquadramento sócio-económico, levou-o a muitos recantos da vida do Portugal Moderno. Numa carreira brilhante, muito novo a esgotaria em termos de graus académicos. Doutorado em 1979, como se referiu, em 1982 granjeava, de novo, “Aprovação com Distinção e Louvor” nas Provas de Agregação, no Salão Medieval da Universidade do Minho. Recordo o nervosismo com que assisti a este acto, com um júri composto pelos mais consagrados historiadores. Eram, com efeito, temidos juízes para qualquer candidato. Pela primeira vez, esta Academia tinha a honra de integrar numas provas académicas, Vitorino Magalhães Godinho, entre outros nomes de reconhecido prestígio nacional e internacional. E não esquecerei, nunca, a facilidade com que Aurélio de Oliveira arrostou nessa discussão pública que, ao fim de uns breves minutos, se tornou numa espécie de tertúlia *inter pares*. De seguida, quando se esforçava por firmar o Departamento de História no quadro das Universidades Portuguesas, e criar um espírito de uma verdadeira Escola nesta Universidade, quiseram as coisas e os homens que então as geriam desperdiçar a oportunidade. E Aurélio de Oliveira regressava ao Porto, onde a Faculdade de Letras não perdeu tempo a abrir-lhe o topo da carreira: em 1984 era Professor Catedrático, na casa-mãe que assim recuperava o seu antigo aluno e docente, cuja opção por Braga parece nunca ter visto com bons olhos.

Ganhou o Porto, naturalmente. E perderam não só esta Universidade, mas todos que com ele tiveram o privilégio de trabalhar. Que o diga eu, que o digam os Professores Viriato Capela, Manuela Martins, José Meireles apenas para citar os que mais directa e de longa data consigo privaram. Valeu-nos, todavia, a amizade que esta quebra institucional não alterou. O Professor Aurélio manteve e mantém, com os que aqui ficaram, a mais estreita colaboração pelo que todos o sentimos um bocadinho nosso. Bem Haja por tudo que nos ajudou a construir.

Num percurso muito rico pelos caminhos da História, não se estranha a sua presença, entre outros exemplos citáveis, numa vasta rede de associações científicas:

Sócio e co-fundador da *Associação Portuguesa de História Económica e Social* e co-fundador da sua revista; fundador e Presidente do *Instituto de História da Expansão e da Presença Portuguesa no Mundo*, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto; co-fundador do *Instituto de História Moderna*, na mesma Faculdade; sócio de inúmeras Associações Científicas como do *Centro de História* da Faculdade de Letras do Porto; da *Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural*, de Braga; da *Associação de Demografia Histórica*; da *Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII*; do *Centro de Estudos Africanos* da Universidade do Porto; do *Centro de Estudos Norte de Portugal-Aquitânia*; conferencista Honorário do *Real Gabinete Português de Leitura* do Rio de Janeiro; sócio correspondente do *Clube Português de Niterói*; sócio da *Academia Portuguesa da História*. Entre outras ligações do Autor ao mundo cultural deve referir-se que é responsável e colaborador em projectos de investigação, como o GEHVID (*Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto*); iniciador e responsável pelos Mestrados de *História do Comércio e da Expansão* na Faculdade de Letras da Universidade do Porto; foi representante do Conselho Nacional de Reitores na Comissão Nacional dos Descobrimientos Portugueses; membro da *Comissão Diocesana de Braga de Séculos de Evangelização e Encontro de Culturas*; membro da *Associação Internacional de História Económica e Social* e da *European Science Foudation*.

2

A Obra

Uma parte expressiva dos estudos publicados pode agrupar-se no âmbito da História Económica e Social, em torno da Abadia de Tibães, nos séculos XVII e XVIII. O património desta casa beneditina, bem como a sua organização administrativa e produção agrícola consumiram, ao Autor, anos longos de investigação e trabalho intensos, mantendo-se, até hoje, a referência obrigatória para todos os modernistas que enveredam por estudos de História Agrária. O mesmo se dirá no domínio das rendas, preços e suas flutuações conjunturais e estruturais, as relações económicas do Norte de Portugal com a Galiza, as relações económicas de Portugal com a Suécia, e os mercados internos. Em suma, as estruturas económicas de Portugal no *Ancien Regime* têm, na pessoa de Aurélio de Oliveira, um especialista reconhecido em Portugal, na Europa Ocidental e no Brasil. Facto que chegaria para justificar um almejado percurso, mas que traduz, no caso presente, apenas uma das facetas deste discurso historiográfico. De citar, ainda, a predilecção que passa dos escritos do Autor sobre o país vinhateiro que fomos e somos, tendo já em curso uma História do Douro. Trabalhos que desde há muito desenvolve no âmbito do GEHVID.

Com efeito, Aurélio de Oliveira afirmou-se, também, como um interlocutor privilegiado entre nós e a História Social do Antigo Regime português. Entrando pelo mundo campesino em busca dos preços, da exasperante mentalidade rentista, deparou com as crises, com os maus anos agrícolas, com as alterações climáticas, com as fomes e pestes, e a revolta dos homens. Dos campos passou às cidades, tornando audível um longo rol de memórias descontentes. E assim chegam-nos os motins que enformaram uma importante faceta da contestação social do nosso país: em Braga de 1622, paredes meias com as fomes; em Vila Real de 1635; em Viana do Castelo, da onda anti-luterana de 1598, até às sublevações de 1636; as contestações no Porto, em 1591-1592, 1661 e 1668; motins e fomes em Guimarães, nos séculos XVI a XVII; motins em Murça, em 1587 e, entre outros, a onda de protesto no Minho, ao tempo da vitória dos liberais e das medidas de Costa Cabral. Na referida memória descontente, procurou as revoltas dos mesteres, e dos Portos Secos, a cujo

estudo dá continuidade com uma série de artigos no prelo. Por fim, deu voz à *Revolta das Mulheres*, recuperando tantos silêncios da História.

Uma outra faceta dos seus estudos, para lembrar, apenas, os agrupáveis em áreas muito concretas de pesquisa, traduz-se no mundo da Arte, com particular relevância nos caminhos do Barroco, pelo espaço do Noroeste português. Tibães e a sua escola de talha dourada, o barroco na Colegiada da Senhora da Oliveira, os inéditos de Nazoni, a pintura andaluza e florentina no barroco bracarense e uma série de memórias e documentos para a História do Barroco fazem de Aurélio de Oliveira, também, um historiador da Arte Portuguesa do Antigo Regime. Neste vasto e diversificado perfil, recordamos, ainda, a colaboração científica que prestou a Manoel de Oliveira, aquando da realização do filme «*Non*» ou *Vã Glória de Mandar*.

Só que o percurso pela sua extensa obra leva-nos mais longe, e pare mais diversificados caminhos. Assim toma vulto, entre outros, o mundo das *Indústrias* portuguesas da Época Moderna. Tal nos ensina o que escreveu sobre as indústrias de Braga: os curtumes, o fabrico de instrumentos musicais, as fábricas de papel do Rio Este, a feitura de armas, entre muitos outros.

Uma simplificação sintética desta obra, porque tão vasta, torna-se difícil na hora de alinhar um resumo esclarecedor. Seria imperdoável, porém, não mencionar a vertente da sua História Institucional e Política, com particular relevo para os estudos em torno do municipalismo no Antigo Regime, e da sua convivência com a complexa teia de outros poderes locais e regionais. Trilhando o caminho das permanências e das inovações que caracterizaram a estrutura do *Ancien Regime*, e nelas entrando por via da História Económica, chegou aos concelhos de Braga e Guimarães seiscentistas, às aristocracias locais e seus diálogos com o poder central, em Braga do século XVIII e, recentemente, elaborou uma visão global sobre o município português na História, Cultura e Desenvolvimento regional.

Por fim, e entre uma infinidade de temáticas avulsas que abordou, importa, para a apresentação do seu novo livro, recordar os seus estudos no domínio da Expansão e Presença Portuguesa no Mundo Moderno. Para além do já referido, assume-se inequivocamente como um especialista nestes domínios.

Só que, ao contrário de muitos outros, soube respeitar os grandes mestres como Vitorino Magalhães Godinho, Luís de Albuquerque, Silva Dias, na preocupação de tornar inteligível a nossa expansão de Quatrocentos e Quinhentos, à luz de um longo passado de vocação marítima medieva. Esta forma de vida nacional, esta ancestral vocação atlântica, tão queridas de Jaime Cortesão, estão bem presentes nos estudos de Aurélio de Oliveira. Não obstante as heranças historiográficas que carrega, inova. E diríamos que inova muito nas suas concepções interpretativas do fenómeno.

Titular da cadeira de *História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa* e responsável pelo Curso de Mestrado de *História do Comércio e da Expansão*, na Faculdade de Letras do Porto, tem privilegiado inúmeras facetas do Portugal Moderno, entre o fora e o dentro que caracterizaram os séculos XVI e XVII. Na linha de Jaime Cortesão, enquanto defensor de um género de vida nacional, mostra-nos Ceuta como um ponto de chegada de uma vocação marítima e mercantil seculares; e mostra-nos Ceuta como um ponto de partida, e como um projecto pensado e legitimador da tão necessária saída da crise, como da tão necessária afirmação perante a as pretensões de domínio dos reinos peninsulares da vizinha Hispânia. São numerosos os estudos que já publicou. Rol que o leitor encontrará no livro que hoje apresentamos, e que melhor o pode esclarecer sobre a dimensão da obra. Apenas gostaria de referir um dos seus últimos livros: *A Viagem do Gama nas Crónicas do Reino*, dado à estampa este ano. Uma escrita sustentada pelas fontes coevas, devolvendo ao povo português a glória que foi sua. Viessem a ser quais fossem os destinos da História, viessem a ser quais fossem as contradições com que o pensar dos séculos etiquetou a fama portuguesa. Sucessos sustentados por muitas vontades, individuais e colectivas, particulares e/ou com o apoio régio. Milhares de vidas, na sua maioria anónimas se romperam a sulcar os mares, fazendo deste pequeno reino do extremo ocidental europeu o protagonista dos mais ousados eventos. Frutos da conjugação de muitos saberes, de esforço feito, não pode o mero acaso explicar os Descobrimentos Portugueses. E vale a pena citar o Autor quando diz, n' *A Viagem do Gama*:

“(...) empertigam-se hoje alguns com o fito evidente não só de denegrir, como de apagar até, Vasco da Gama e o seu próprio feito – acontecimento de repercussão universal mais que nenhum outro do seu tempo (...)”.

3

Nos Caminhos do Atlântico

Altura de apresentarmos, então, as linhas definidoras deste seu último livro: *Nos caminhos do Atlântico (1400-1500)*.

Ao longo de 200 páginas, este estudo caracteriza-se como algo que só um investigador hábil no manusear das fontes coevas o pode fazer. Às suas filhas Aida, Marta e Sara dedica um exercício inédito, em que o texto historiográfico se cruza com as fontes narrativas, literárias e iconográficas, numa simbiose esclarecedora. Divide a obra em sete capítulos, ao longo dos quais se enreda nas questões do espaço e dos homens. Quanto ao espaço, deixa bem clara a importância de 1415, enquanto momento que marca o romper de portas, que deu a prioridade aos portugueses na abertura definitiva do Atlântico adentro. No capítulo II, põe em evidência a grandeza de vontades, num dia a dia cheio de obstáculos e impasses políticos. E logo se descobre o Infante ... mas também os outros, destacando a figura do esclarecido D. Pedro, Regente que foi do reino entre 1438 e 1449. A novidade das suas concepções serve de esteio a uns quantos interesses particulares, com particular relevo para as burguesias urbanas do Porto e de Lisboa. E, aos poucos, as burguesias dos demais centros ribeirinhos.

O triunfo desta burguesia mercantil é minuciosamente atestado ao longo do capítulo III, a par com um retrato novo da figura de Fernão Gomes. Tão novo, que o Autor consegue reconhecê-lo numa das figurações do tríptico de Nuno Gonçalves. Mais que em qualquer outro estudo, perpassa a notável obra dos mercadores, sucessivamente nobilitados por seus feitos. Mercadores a breve trecho a braços com a entrada da nobreza neste cenário, tal era o desejo de tamanha riqueza. Assim o poderá encontrar o leitor, ao longo do quarto capítulo, bem como os alvares da política joanina, na pessoa do ainda príncipe, em termos de estruturação de um estratégia de expansão mercantil, geográfica e política. Um *destro homem de negócios*.

A conjugação das acções individuais com as políticas do Estado são contempladas no quinto capítulo, onde o Autor, numa visão braudeliana, põe a tónica

“na acoplagem sucessiva de pequenos mini-complexos histórico-geográficos”. Mas onde o Aurélio de Oliveira bem reafirma a viragem operada, *grosso modo*, a partir da década de quarenta do século XV, sob a acção orientadora do Infante D. Pedro. Infante que, como refere, “desapareceria, quase por encanto e magia das Crónicas do Reino...”, ao jeito dos discursos afonsinos. A D. João II atribui, o Autor, a concretização, pela primeira vez, “de uma estratégia portuguesa no Atlântico e para o Atlântico”, num quadro a um tempo geográfico, cronológico e humano. Desenvolve, depois, essa estratégia numa objectivação tripartida e omnipresente entre *a guerra, a justiça e a fazenda*. Ideia retomada em diversos passos da sua teorização. Logo uma cautela a pôr no pretense inovar manuelino, que mais foi, com efeito, um jogo de adaptações na continuidade de bases já solidamente construídas.

No capítulo sexto, pode o leitor viajar com os portugueses do século XV, nos rumos do Atlântico. E pode dimensionar, sem sombra de dúvida, quão grande foi o saber, o engenho e a arte dos protagonistas dessa longa aventura da Humanidade. Assim o percepcionara Colombo e os que sobre este homem escreveram. Tão longe estava dos conhecimentos nacionais. Muito objectivamente se reescreve, neste passo da obra, a figura de D. João II e os principais intentos que nortearam as suas opções na saída para os mares. A terminar, no capítulo sétimo, firma a convicção que acompanhou toda a escrita deste livro. Ou seja, o defender a prioridade portuguesa em muitas das viagens e feitos que pelo Atlântico se deram, ora por iniciativas de particulares, ora em viagens intencionais. Ainda que muitos passos tenham ficado no silêncio do anonimato como o recorda Zurara, *porque a natural condição dos portugueses é nunca escreverem coisa que façam, sendo dignas de grande memória (...), e depois divulgadas como foram de gente de outra nação...* Socorrendo-se de relatos de viagens e de outros escritos coevos, Aurélio de Oliveira devolve ao país o seu inequívoco protagonismo na exploração do Atlântico.

Braga, Outubro de 1999.